

# A CRÍTICA MARXISTA NEGRA AO CAPITALISMO RACIAL

JOÃO PEDRO INÁCIO PELEJA<sup>1</sup>  
ORCID: 0000-0003-2150-5457

Muito embora W.E.B. Du Bois e outros intelectuais tenham sido influenciados pela tradição marxista e contribuído significativamente para uma agenda normativa e igualitária radical nas primeiras décadas do século XX, especialmente no que refere ao estudo empírico sistemático da interação estrutural entre raça e classe na modernização capitalista e de seus ideais de liberdade, é importante reconhecer que Du Bois foi um dos pioneiros na elaboração de uma leitura crítica da sociedade de seu tempo que já concebia o peso da opressão racial na organização social e – territorial – sob o capitalismo.

Em algumas de suas obras, o autor demonstrou como a situação do negro na sociedade americana após a abolição e a Guerra Civil não poderia ser compreendida de maneira dissociada da lógica imposta pelo capital, da exploração da força de trabalho, da apropriação do excedente socialmente produzido e do racismo antinegro. No entanto, foi apenas nos anos 1980, naquela mesma sociedade, que surgiram interpretações voltadas especificamente à compreensão do caráter racial do capitalismo e às problematizações acerca da lacunas operacionais do marxismo perante o racismo.

Em *Marxismo negro: a criação da tradição radical negra*, obra seminal escrita por Cedric Robinson (2023), é possível realizar uma análise detalhada e minuciosa tanto do processo de formação do capitalismo racial quanto da resistência negra à dominação e à expropriação burguesa da Europa Ocidental aos países periféricos. O principal objetivo desta obra é articular os eixos do marxismo, concebido na civilização ocidental, com o radicalismo negro produzido desde o século XVI cuja relevância epistemológica, ontológica e política ainda deverá ser restabelecida na tradição marxista em defesa do humanismo das populações africanas e afrodiáspóricas, como aponta o pensador estadunidense. Sendo dividida em três partes e doze capítulos, *Marxismo negro* enseja um outro olhar sobre o racismo antinegro na sociedade contemporânea.

As origens e os padrões da ordem hierárquica racial são analisados na primeira parte da obra. Optamos por expor o conceito de capitalismo racial ou racista, mediante suas bases materiais e contextos, para organizar a leitura da argumentação de Robinson, que se segue desde o primeiro até o último capítulo. Um importante ponto para o qual deve ser chamada a atenção é o foco do autor no trabalho agrícola durante a transição do feudalismo ao capitalismo – a acumulação primitiva, diferente da maior parte das interpretações marxistas que colocam como ponto de partida o trabalho industrial desde seus primórdios no século XIX. Essas escolhas são a marca da influência de Brodel e Wallerstein em sua investigação.

Na constituição da civilização europeia pela sociedade feudal, entre os séculos XIII a XVI, os povos europeus e africanos foram subordinados à escravização por uma primeira burguesia, predecessora da burguesia moderna, para trabalhar nas *plantations* de açúcar, nas indústrias e na exploração de minas. O recurso à mão de obra escrava foi utilizado de forma racional como estratégia da primeira burguesia para estancar os efeitos colaterais de guerras, das crises materiais e de conflitos sociais daquele período histórico. Como veremos adiante, a escravização ganhou novos dimensionamentos na economia capitalista, sendo de crucial importância para a formação desse modo de produção.

O intelectual negro assim exprime a composição social e ideológica determinada pela civilização ocidental:

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), com estágio de pesquisa (doutorado sanduíche) na Virginia Polytechnic Institute and State University (Virginia Tech), Estados Unidos. Compõe a equipe de pesquisadores do projeto “Para onde vai o trabalho humano na era digital?” e é membro do Grupo de Pesquisa Trabalho e Teoria Social (GPTTS), ambos da UnB.

A burguesia que liderou o desenvolvimento do capitalismo era oriunda de grupos étnicos e culturais específicos; os proletários europeus e os mercenários dos principais Estados, de outros; seus camponeses, de outras culturas; e seus escravos, de mundos totalmente diferentes. A tendência da civilização europeia no capitalismo não era, portanto, homogeneizar, mas diferenciar – exagerar diferenças regionais, subculturais e dialéticas, tornando-as diferenças ‘raciais’. (Robinson, 2023, p. 112)

Em outras palavras, o eurocentrismo inventou a figura da pessoa negra. A partir daí, as ideologias de diferença racial antinegro se tornaram fonte da ordem hierárquica moderna. O capital depende da continuidade dos processos de racialização como política local/global para que assim ele se expanda através da exploração e da opressão sistemática de sujeitos subalternizados. A dominação, a exploração e/ou o extermínio das pessoas racializadas são aspectos fundantes para a produção e reprodução do sistema capitalista, que adquire um caráter imperialista e global em sua formação sócio-histórica, por meio da continuidade da servidão feudal e senhorial na indústria urbana pela burguesia moderna.

A propósito, a eliminação ou redução da escravidão jamais esteve no horizonte das classes dominantes nas sociedades feudal e capitalista. Quando os moldes da concentração da indústria urbana, organizada à base do trabalho livre ou assalariado, foram estabelecidos pela burguesia europeia ocidental, seu intuito foi liberar parte dos servos somente para escravizá-los novamente sob a forma do trabalho assalariado. A grande novidade foi que a escravização se tornou negra. Então, a ordem social passou a ser racializada no mundo transatlântico, expressão da divisão internacional do trabalho vicejada pelo colonialismo e imperialismo ocidentais. No limite, pode-se chamar esses processos, em outros termos, de colonialidade do ser e do saber, a partir da perspectiva mais contemporânea das críticas pós-colonial e decolonial (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016).

Em suma, o conceito de capitalismo racial ou racista refere-se a um projeto civilizatório gestado na Europa desde a formação da sociedade feudal, que assujeita as pessoas racializadas à concepção de sujeito universal e determina qual forma de conhecimento é considerada válida, inferiorizando os demais saberes e práticas produzidos por grupos não hegemônicos no sistema-mundo moderno/colonial. As contribuições de Robinson permitem preencher a lacuna racial na tradição marxista, que se inicia nos primórdios da industrialização no século XIX, conduzindo a intelligentsia radical negra, manifestada nos atos de resistência coletiva à opressão racial e à exploração econômica, ao cerne das reflexões sobre a práxis revolucionária, conforme é reconstituído na segunda e terceira parte da obra.

As lutas sociais e resistências são direcionadas a outros parâmetros inerentes às comunidades negras, como o aquilombamento e as rebeliões, a ocupação nos bairros e nas escolas segregadas, o panafricanismo etc. Ou seja, são formas de resistência e de contrapoder que não se passam apenas pelo discurso de classe social, sejam elas exercidas por intelectuais históricos, como W.E.B. Du Bois, C.L.R. James e Richard Wright, sejam elas exercidas por pessoas comuns. Isto é, uma teoria da consciência negra cuja visão metafísica do mundo é tida como parte da resistência das populações africanas e afrodiáspóricas.

É uma tarefa difícil reconstruir a densa historiografia estadunidense e europeia, principais fontes de informação deste livro, e assim elaborar uma nova teoria social capaz de interpretar os antagonismos raciais na sociedade capitalista. Esse é o traço de excelência de Cedric Robinson. Não poderia deixar de mencionar que esta é uma tradução tardia para o português do Brasil, feita após 40 anos da publicação original nos Estados Unidos. Para além de seu robusto arcabouço teórico-metodológico, os leitores da comunidade lusófona, especialmente os do Brasil, encontrarão uma obra implicada e engajada na luta de emancipação anticolonial, anti-imperialista e anticapitalista.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFUGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15 - 24, jan./abr. 2016.

ROBINSON, Cedric J. *Marxismo negro: a criação da tradição radical negra*. São Paulo: Perspectiva, 2023.

**Data de submissão:** 26/05/2025

**Data de aceite:** 24/10/2025

**Data de publicação:** 15/12/2025